

Repressão cultural no Estado Novo: o caso do maxixe

Cultural Repression at the New State: the maxixe case

Ivan Albuquerque Araujo¹

Resumo: Este artigo pretende estudar as formas de controle do Estado brasileiro com relação às manifestações culturais de origem popular. O recorte cronológico utilizado inicia-se com as discussões em torno da proibição do Maxixe e termina com a centralização e institucionalização de práticas culturais durante o Estado Novo, atentando mais para o processo de discussão e aplicação de políticas repressivas, do que o conteúdo *stricto sensu* das manifestações culturais.

Palavras-chave: Autoritarismo. Cultura. Estado Novo. Censura. Maxixe.

Abstract: This article aims to study the forms of control of the Brazilian State regarding popular cultural manifestations. The chronological outline used begins with the discussions about the prohibition of the Maxixe and ends with the centralization and institutionalization of cultural practices during the New State (Estado Novo), taking more into consideration the process of discussion and the enforcement of repressive policies, rather than the strict sense content of this cultural manifestations.

Keywords: Authoritarianism. culture. Estado Novo. Censorship. Maxixe.

¹ Doutorando em Sociologia e Ciência Política pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, com bolsa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. ORCID: [0000-0003-3642-5038](https://orcid.org/0000-0003-3642-5038). E-mail: ivan.albuquerquearaujo7@gmail.com.



Repressão cultural no Estado Novo: o caso do maxixe

Ivan Albuquerque Araujo

Introdução: Estado Novo e a “construção” da identidade nacional

A temática do autoritarismo no Brasil é objeto de diversos trabalhos que se utilizam de metodologias e enfoques diversos. Nesse sentido, pretendo empreender uma reflexão acerca das formas de controle empreendidas pelo Estado brasileiro em relação às variadas representações culturais de origem popular. Utilizando como pano de fundo para a discussão a música *Se eu fosse Presidente* composta por Fernando Sampaio no ano de 1929, a canção interpretada por Jaime Redondo foi gravada no mesmo ano pela gravadora *Columbia* (uma das maiores do país), a música pertence ao gênero do Maxixe, ritmo que era proibido no país na época.

Segundo Topine (2014), o ritmo musical denominado de maxixe foi criado por volta de 1880, no Rio de Janeiro. À época era considerada uma dança com enorme apelo sexual, e, portanto, foi enormemente condenada pelos moralistas e exaltada pela crônica teatral e carnavalesca. Foi alçado como uma importante representação cultural brasileira em palcos europeus, sobretudo, pelas apresentações do dançarino Antônio Lopes de Amorim Diniz, o “Duque”.

Jota Efegê (1974, p. 167) mostra como os setores mais conservadores da sociedade e a Igreja católica reagiram ao sucesso crescente do ritmo musical. Segundo ele, o ritmo era

[...] tido e havido como ‘imoral’, ‘atentatório aos bons costumes’, e daí sua proibição nos círculos familiares, além das sanções das autoridades policiais que, em 1883, fecharam e proibiram a abertura de novas agremiações de baixa categoria social onde a dança era praticada com todos os seus arroubos coreográficos, o maxixe acabou provocando, como seria de esperar, a condenação eclesiástica (Efegê, 1974, p. 167).

Observando o processo de marginalização social do maxixe desde o final do século XIX, é possível observar o fenômeno do autoritarismo ao distinguir o tratamento que os diferentes regimes políticos deram ao ritmo musical do maxixe. Nesse sentido, é importante contextualizar que o Estado Novo foi um período marcado por repressão política e tentativas de controle social, mas o sentido dessa repressão foi o de eliminar as vozes discordantes e penetrar em todos os setores, através da imprensa periódica e do



Repressão cultural no Estado Novo: o caso do maxixe

Ivan Albuquerque Araujo

rádio (Capelato, 1999, p. 173). Como afirma Schemes (1995, p. 8), a ditadura varguista “[...] produziu ideologicamente sua própria significação ao emitir um discurso que procura apagar o espaço social, despolitiza-lo, ao tentar representar este espaço em suas leis e fazer desta representação e significado de seu tempo”.

A propaganda política teve como papel principal “[...] reforçar tendências já existentes na sociedade” e que sua eficácia “dependia da capacidade de captar e explorar os anseios e interesses predominantes num dado momento”. Assim, a fim de

[...] atingir o objetivo de formar a ‘opinião única’. Tal constatação não implica menosprezo da importância da propaganda política: mesmo sem obter adesão unânime, ela foi um dos pilares de sustentação do poder (Capelato, 1999, p. 177-178).

Segundo Botelho (2017), o Estado Novo tomou para si a atividade de pensar o país, a sua identidade e o passado, ou seja, a atividade intelectual tornou-se política de Estado. Contudo, como afirma Lahuerta (1997, p. 109) parte considerável dos intelectuais foi atraída pelo Estado Novo não por “cooptação” ou “necessidade”, mas por interesse em participar do “[...] projeto estatal, certos de que, por meio dele, estariam realizando uma missão com caráter público: a modernização como forma de criar a nação”. No entanto, é possível observar que outra parcela dos formadores de opinião, sobretudo os jornalistas, passaram a difundir a ideologia oficial por pressão oficial ou por conta dos vários incentivos à classe jornalística que foram concedidos (Capelato, 1999, p. 175).

Como afirmam Pandolfi & Grynspan (1997, p. 21-22),

[...] a ausência de uma proposta democrática e de um projeto liberal mais consistentes entre os vários segmentos das elites, quer fossem representantes das facções tenentistas, das oligarquias dissidentes ou dos setores derrotados em 1930, essa característica presente na intelectualidade e no jornalismo, através do Departamento de Imprensa e Propaganda contribui para o fechamento do regime, apesar das diferentes táticas por eles adotadas.

O Estado Novo converteu-se não apenas em um fenômeno político, mas também cultural, isto é, a cultura passou a ser um assunto de Estado. As opiniões deveriam estar em consonância com as diretrizes do Presidente da República para não haver equívocos



Repressão cultural no Estado Novo: o caso do maxixe

Ivan Albuquerque Araujo

“[...] em todos os setores de produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico” (Miceli, 2001, p. 197-198).

Na dissertação de mestrado, constatei como a repressão política do Estado Novo, exercida através do aparato jurídico da “segurança nacional”, fez parte de um processo maior de repressão a qualquer representação cultural/social que não tivesse a chancela do Estado – um combate amplo ao pluralismo democrático (Araujo, 2019).

Após contextualizar tanto a origem do maxixe quanto às características do Estado Novo, é preciso deixar claro que o objetivo do trabalho é refletir sobre os contornos da perseguição/censura que o Estado Novo empreendeu no campo cultural. O caso do maxixe é emblemático pelo fato do ritmo ter enfrentado resistência no campo moral em um primeiro momento e depois ter enfrentado a força do aparato estatal durante o Estado Novo.

Estado Novo e Departamento de Imprensa e Propaganda

A ação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi fundamental para o controle cultural do regime estado-novista, pela capacidade de difusão, de incentivo do comportamento chancelado pelo Estado. Capelato (1999, p. 172-3) descreve a ação do DIP, órgão diretamente vinculado à Presidência e divulgador da ideologia oficial, como consequência direta da intervenção do Estado nos meios de comunicação, sua principal atribuição consistia em “[...] elucidar a opinião pública sobre as diretrizes doutrinárias do regime”, ou seja, delimitar os contornos do que deveria ser seguido, propagado e defendido por cada cidadão.

Sobre a capacidade de difusão e propaganda da ideologia do Estado vale destacar que o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP):

[...] estava estruturado da seguinte forma: Divisão de Divulgação, Divisão de Radiodifusão, Divisão de Cinema e Teatro, Divisão de Turismo, Divisão de Imprensa e Serviços Auxiliares. A organização funcional revelava alto grau de centralização, e os cargos de confiança eram atribuídos diretamente por Getúlio Vargas (Capelato, 1999, 172).



Repressão cultural no Estado Novo: o caso do maxixe

Ivan Albuquerque Araujo

Pela atuação do DIP e o *modus operandi* do Estado Novo, qualquer tipo de dissenso passou a ser tratado como criminoso e algo a ser extirpado. Haja vista que a propaganda do regime foi utilizada, segundo Lefort (1983), para ocultar os sinais de divisão e conflitos sociais, recorrendo “[...] à imagem da sociedade unida e harmônica, organizada em torno do líder Vargas” (Capelato, 1998, p. 202).

Não nos esqueçamos que o DIP, órgão de controle da mídia, bem como a repressão política foi possível sob a égide de uma espécie de imaginação antiliberal composta por Oliveira Viana e tantos outros. As ideias de negação completa de qualquer vestígio da modernidade liberal apresentavam-se como as únicas opiniões possíveis (Capelato, 1998).

Costumes no Estado Novo: o caso do maxixe

Diversos trabalhos demonstram a existência de perseguições raciais², sexuais³, religiosas⁴ e, até mesmo econômicas⁵ durante os períodos ditatoriais no Brasil. A historiadora Helena Bomeny (1999), no entanto, consegue captar a relação entre utilização do léxico de *segurança nacional* e política educacional durante o governo varguista:

A associação entre educação e segurança nacional tem sua origem no Brasil em momentos de política autoritária, quando a educação é enaltecida como instrumento eficaz de controle. Não seria incorreto dizer que o discurso de que a educação, bem planejada e disseminada, garante a ordem e a disciplina está na verdade invertido. Ao contrário, **a necessidade imperativa da ordem e da disciplina define o que será e a que servirá a educação**. Não é por outra razão, me parece, que **o Exército, a quem pertence o monopólio da segurança nacional, interveio incisivamente nas questões relativas à educação sempre e quando esteve em questão a manutenção dos regimes autoritários no Brasil**.

O período do Estado Novo é rico em exemplos dessa natureza. A definição de uma política educacional depois do golpe de 37 contou com a participação ativa do Exército, participação refletida em depoimentos ou mesmo em incursões diretas do então ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra. Em documento reservado dirigido ao presidente Vargas, em 1939, Dutra define a

²Ver: Pereira Et Al, 2017.

³Ver: Quinalha & Green, 2014.

⁴Ver: Reis, 2001.

⁵Ver: Campos, 2016 e Silva, 2014.



Repressão cultural no Estado Novo: o caso do maxixe

Ivan Albuquerque Araujo

educação como setor de atividades estreitamente ligado aos imperativos da segurança nacional (Bomeny, 1999, p. 141).

Em relação ao maxixe, devemos nos atentar ao fato de que se trata de um gênero mal visto à época, tanto pela dança sensual quanto pela ausência de elementos formais na métrica da música. Além disso, vale ressaltar que o rádio se popularizou no país apenas ao final da década de 1930, dessa forma, no período em que a música foi lançada ainda era uma época em que o consumo musical era restrito aos grandes círculos, a setores das elites e de parte das classes médias, ou seja, uma música com elementos pouco sofisticados e de ritmo marginalizado dificilmente tornar-se-ia conhecida. Era comum, para citar um exemplo, a ampla utilização de palavras em outros idiomas nas canções, demonstrando que, no período, o consumo de músicas não era voltado para as classes populares.

A metodologia escolhida para analisar a música está no texto *Fontes Audiovisuais: A história depois do Papel*, de autoria de Marco Napolitano (2005) e presente no livro *Fontes Históricas* organizado por Carla Bassanezi Pinsky (2005). Para que se torne possível realizar uma análise mais precisa de nosso documento histórico é preciso explicar para o leitor essa metodologia.

Adentrando na argumentação de Marco Napolitano (2005) podemos perceber, desde o início, que um dos pontos centrais é a concepção de que o conteúdo verbal da música não pode ser analisado ignorando a estrutura musical e os aspectos “extramusicais”. Ou seja, argumenta que a música só pode ser analisada em sua plenitude, se e somente se, as rimas, os recursos artísticos, dados biográficos do autor, as performances e a repercussão da música na sociedade forem analisadas com o mesmo afinco que a letra. É, portanto, impossível, conforme defende Marco Napolitano (2005), esgotar o potencial de uma canção como fonte histórica centrando a análise apenas na letra da música.

Outro ponto importante defendido por Napolitano (2005), é que a fonte histórica musical é composta de dois grupos de elementos: os elementos técnico-formais e os elementos representacionais. Então, uma boa análise histórica sobre esse tipo específico



Repressão cultural no Estado Novo: o caso do maxixe

Ivan Albuquerque Araujo

de fonte deve fornecer ao seu interlocutor reflexões sobre aspectos internos da música, como a métrica, a melodia e o ritmo; bem como, narrativas críticas ou elogiosas acerca de determinados “tipos sociais”.

Já ao final do capítulo, Napolitano (2005) apresenta um breve “passo a passo” de como proceder em relação a essas fontes históricas peculiares. Primeiramente, ele nos aconselha a ter em mente a distinção clara entre “evidência” e “representação”, ou seja, o que realmente é um dado histórico e o que não é. Ele prossegue argumentando que devemos articular a linguagem própria das fontes audiovisuais com as representações da realidade histórica e social. Para tal, devemos analisar a letra da música, a estrutura musical, as sonoridades vocais, os instrumentos e as performances. Por fim, alerta para importância, como já mencionamos em parágrafos anteriores, do contexto “extramusical”, isto é, tanto o contexto de produção da canção e a sua recepção pelo público, quanto o “lugar de fala” do eu-lírico, do compositor e do intérprete. Mostra, também, que não faz parte da alçada do historiador fazer juízo de valor sobre a qualidade do ritmo e da letra da música, deve-se, apenas, analisar a música nos mais diversos âmbitos, a maioria deles já mencionados anteriormente.

A respeito da letra de *Se eu fosse presidente*, é possível perceber que o eu-lírico da música é alguém sem muitos capitais econômicos ou culturais, portanto, alguém de classe média e não da elite e que, sendo assim, buscava uma ascensão – não através do trabalho. É importante mencionar como o fato de não possuir tais capitais é decisivo em suas relações pessoais, este não consegue a aprovação dos pais da amada. Outro fator facilmente perceptível é o tempo verbal: o presente do subjuntivo (“Se eu fosse presidente”). A utilização desta forma verbal revela uma possibilidade longínqua de vir a tornar-se presidente, pelo próprio distanciamento do cidadão comum em relação ao Estado – liberal – e do poder político emanado através do Estado, e de conquistar a confiança dos pais de seu amor, enredo da música. Esse distanciamento, em relação ao Estado, pode nos revelar, um viés idealista, nas palavras de Oliveira Viana, em relação à elite brasileira que buscou um ideal de Estado liberal desconectado com os anseios da população (Viana, 1987). Podemos, também, interpretar, segundo as análises do



Repressão cultural no Estado Novo: o caso do maxixe

Ivan Albuquerque Araujo

populismo, que o “homem” brasileiro só se veria representado através de uma relação pessoal com o líder.

Se eu fosse presidente (1929)
Meu bem, **se eu fosse presidente**,
Certo, viverias contente.
Dar-te-ia uma linha casinha
Com certeza serias rainha.

Mas **eu não sou nada no mundo**,
Teu pai diz que eu sou vagabundo,
Tua mãe me chamou de perdido,
Porque eu quis ser o teu marido

Fosse eu presidente, nada acontecia.
Teu pai certamente que consentiria.
Tua mãe, estou crente, me achava bonzinho,
Fosse eu presidente como seu Julinho.

Eu vou te falar com franqueza
Não, não, gosto de trabalhar
Sou moço e com toda certeza
Não quero a saúde estragar

Meu bem, trabalhar mata a gente
E eu não nasci pra sofrer.
Meu bem, se eu fosse presidente,
Seu pai havia de querer

Fosse eu presidente, nada acontecia.
Teu pai certamente que consentiria.
Tua mãe, estou crente, me achava bonzinho,
Fosse eu presidente como seu Julinho.

A métrica pobre que me referi anteriormente diz respeito, principalmente, à análise das rimas. A maioria delas enquadra-se, portanto, no que se pode considerar como rimas pobres. Isto é, rimas entre palavras da mesma classe gramatical. De 10 rimas da música (a última estrofe é repetição da terceira), cinco delas são rimas pobres, podemos destacar os pares: casinha e rainha (ambos substantivos, verso 3 e 4), acontecia e consentiria (ambos verbos, verso 9 e 10), trabalhar e estragar (ambos verbos, verso 14 e 16), gente e presidente (ambos substantivos, verso 17 e 19) e sofrer e querer (ambos verbos, verso 18 e 20). Além disso, a mudança repentina do uso de rimas paralelas, na primeira, na segunda, na terceira e na última estrofe; para rimas alternadas, na quarta e quinta estrofes, também demonstram certo desprendimento com recursos



Repressão cultural no Estado Novo: o caso do maxixe

Ivan Albuquerque Araujo

estilísticos valorizados pela elite à época. Esse despreendimento quanto ao tipo e a forma da rima são fatores que sem dúvida podem ter afastado setores letrados da elite e das classes médias, que como já foi explicado eram os grandes consumidores de música à época.

Nos versos “se eu fosse presidente,/ Certo, viverias contente./ Dar-te-ia uma linda casinha/ Com certeza serias rainha” (verso 1, 2, 3 e 4). Podemos perceber uma relação promíscua entre poder político e vida privada, isto porque, o presidente poderia, segundo essa narrativa, dar presentes a amada e ter uma vida de realeza, além do fato de que a presidência era algo possível para este eu-lírico apenas no campo das ideias, como já afirmamos, pelo uso do subjuntivo. Essa relação dúbia, fluida em relação às fronteiras do público e do privado é, também, ponto comum tanto da análise dos pensadores autoritários quanto dos intérpretes deste autoritarismo.

Já nos seguintes versos: “Mas eu não sou nada no mundo,/ Teu pai diz que eu sou vagabundo,/ Tua mãe me chamou de perdido,/ Porque eu quis ser o teu marido”. (verso 5, 6, 7 e 8); podemos reparar que, pelo fato do eu-lírico ser alguém de classe média e sem grandes capitais e desprovido completamente de qualquer ética do trabalho, os pais de sua amada não aprovavam o relacionamento. Dessa maneira, é possível observar que trabalho e as posses determinavam quem era ou quem não era um bom “partido” naquela sociedade.

O último verso a ser analisado é “Fosse eu presidente como seu Julinho”. (verso 12). O Julinho a qual a música se refere é o Julio Prestes, que no momento da composição da canção não havia sido eleito, isto é, a campanha presidencial ainda estava em curso. O que nos leva a indagar como o compositor dá, então, como certa a vitória de Julio Prestes? Isto só pode significar que existia por parte da população a suspeita sobre as eleições fraudulentas. Este é, portanto, o maior dado do eixo representacional da música, uma vez que, podemos perceber o grau de consciência que as pessoas da época tinham sobre o fenômeno das fraudes eleitorais que nos dias de hoje são tão conhecidas.

A respeito da recepção da música pelo grande público, podemos dizer que, apesar da música de 1929 refletir o “espírito” do período de insatisfação e descrença com o



Repressão cultural no Estado Novo: o caso do maxixe

Ivan Albuquerque Araujo

sistema eleitoral e com a ineficiência do Estado liberal, alguns elementos próprios do ritmo e da métrica não estavam em conformidade com o público consumidor de músicas do período, e isto pode ajudar a explicar o insucesso da música.

A canção analisada nos revela uma poderosa crítica à primeira república. Ou seja, durante o regime, havia um descompasso entre as representações culturais de origem popular e o que era sancionado e executado pelo Estado. Justificando o enquadramento do maxixe dentro das manifestações culturais que sofreriam com controle do regime subsequente.

Mesmo com a repressão institucionalizada e repressão moral, por conta de Igreja e de seus milhares de fiéis, os dançarinos agiram com irreverência, os salões parisienses continuaram a desfrutar das apresentações do “Duque”. Dessa forma, o Maxixe fora do país experimentou por muito tempo uma visão respeitosa (Efegê, 1974). A elite brasileira vivia em um idealismo enquanto os salões parisienses desfrutavam da melodia e da sensualidade do maxixe. Havia certo descompasso entre as necessidades reais da população e o direito “fabricado” pela elite política.

A partir de 1938 a atuação do Estado Novo promoveu a centralização da cena cultural no país: símbolos carnavalescos eram frequentemente proibidos caso desagradassem a “burocracia estatal”⁶ e a repressão a foliões tidos como arruaceiros era comum e incentivada por veículos midiáticos.⁷ Outros historiadores do período apontam para a utilização do aparato repressivo da polícia para:

[...] o controle da malandragem, a vigilância das ruas com suas centenas de informantes anônimos e em potencial, a forte e ferrenha censura, o policiamento ostensivo das praias, o controle e tutela policiais das festas populares, como o carnaval, e a exaltação ao cidadão pacato, à família também faziam parte do cotidiano policial (Cancelli, 1993, p. 33).

A ditadura varguista, por exemplo, permitia o carnaval e, em certa medida, investiu no carnaval, mas fez com que este fosse enquadrado. A burocracia estatal, foi responsável pela cooptação de alguns grupos sociais ligados ao “carnaval institucionalizado” e pela exclusão de outras manifestações culturais de origem popular;

⁶ Sobre a centralização da atividade cultural durante o Estado Novo, ver: Bezerra, 2013.

⁷ Sobre as preocupações com os “arruaceiros” na mídia, ver: Correio da Manhã, 13/01/1938, p. 10.



Repressão cultural no Estado Novo: o caso do maxixe

Ivan Albuquerque Araujo

criando desigualdades socioeconômicas, contribuindo para que parte da população fosse marginalizada (Efegê, 1974).

O ano de 1938 é o mote de análise inicial,

[...] pois envolve um conjunto de acontecimentos que afetaram esses carnavais efetivamente, a constar: a política de Getúlio Vargas referente à nacionalização do carnaval, a ditadura do Estado Novo e seu aparelho repressor /administrativo (Cancelli, 1993, p. 1).

Assim como defendia Oliveira Viana, toda a estrutura de repressão atuava para aniquilar a individualidade em busca da unidade. A cobertura midiática, muito em função do forte poder da censura e pelo controle do DIP, não noticiava, em sua maioria, os casos de violência policial a foliões “não-autorizados”.

Para Monique Augras (1998), por exemplo, os sambistas foram atores de sua própria história. Porém, em outra passagem do livro, é categórica ao analisar o enquadramento dos ritmos musicais populares: “Vitória ambígua, essa. O tema fantasioso da dominação do mundo pelo samba soberano disfarçava a real domesticação pelo enquadramento oficial” (Augras, 1998, p. 34-35).

O tom de moralização e salvaguarda da sociedade que permeou a análise a respeito da Primeira República continua no governo Vargas, mas ganha outros contornos. Desde a década de 1920 até a de 1980, está presente no debate público brasileiro a crítica moralizadora de ritmos populares. Este processo ditou a conformação de aparatos repressivos (policiais e judiciais) e nos permite compreender a centralidade das noções de ordem e segurança costurando a criação e atuação de práticas como a repressão às manifestações, a repressão a greves e o nosso modelo atual de polícia.

Considerações Finais

No bojo da história republicana brasileira, é possível refletir sobre o fenômeno autoritário utilizando diferentes recortes e distintas metodologias. Dessa maneira, Daniel Aarão Reis Filho (2014, p. 171) indica algumas das principais características presentes nas experiências autoritárias do Estado Novo e do regime civil-militar instaurado em 1964, além da autoimagem dos militares de “anjos tutelares da república”,



Repressão cultural no Estado Novo: o caso do maxixe

Ivan Albuquerque Araujo

menciona “[...] o Estado hipertrofiado, a cultura política nacional-estatista, o corporativismo estatal, as concepções produtivistas, a tortura como política de Estado. Quanto à tutela das forças armadas, vem de antes, desde a gênese da república, mas as ditaduras, sem dúvida, a confirmaram e reforçaram”.

Existem, contudo, novos elementos que compõem o painel do autoritarismo no Brasil que merecem mais atenção. Nesse sentido, este trabalho a repressão cultural empreendida pelo Estado Novo a um ritmo musical de origem popular, bem como as bases sociais do autoritarismo merecem destaque nos estudos modernos sobre o autoritarismo. Assim sendo, foi possível observar como diversas vozes e atores sociais foram responsáveis por delinear os contornos desse processo de “censura oficial” presente seja nos documentos oficiais, seja na ação da sociedade civil. Capelato (1999, p. 177-8) afirma que, durante o Estado Novo, “[...] um dos pilares de sustentação do poder” foi a propaganda política cujo papel foi o de “[...] reforçar tendências já existentes na sociedade”. Sérgio Miceli (2001, p. 197-8), por sua vez, ressalta a dimensão cultural do Estado Novo.

Referências

Araujo, Ivan Albuquerque. **“Pela ordem política e social”**: discussão sobre a segurança nacional no primeiro governo Vargas (1930-1945). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/Rio, 2019.

Aarão Reis Filho, D. **Ditadura e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

Augras, Monique. **O Brasil do samba-enredo**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

Bomeny, Helena M. B. “Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo”. In: Pandolfi, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. p. 137-166.

Botelho, A.; HOELZ, M. O mundo é um moinho: sacrifício e cotidiano em Mário de Andrade. **Lua Nova**, p. 251-284, 2017.

Campos, P. H. P. Os empreiteiros de obras públicas e o golpe civil de 1964. **História Revista**, v. 20, p. 4-22, 2016.



Repressão cultural no Estado Novo: o caso do maxixe

Ivan Albuquerque Araujo

Cancelli, Elizabeth. **O mundo da violência**: a polícia da era Vargas. Brasília: Editora da UnB, 1993.

Capelato, Maria Helena Rolim. Estado Novo: novas histórias. In: Freitas, Marcos Cezar (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 2. Ed. – São Paulo: Contexto, 1998.

Capelato, Maria Helena Rolim. “Propaganda política e controle dos meios de comunicação”. In: Pandolfi, Dulce (Org A.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. p. 167-178.

Efegê, J.. **Maxixe**: a dança excomungada. Rio de Janeiro: Conquista, 1974.

Lahuerta, Milton. “Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização”. In: **A década de 20 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1997. p. 93-114.

Lefort, Claude. **A invenção democrática**. Os limites do totalitarismo, 2. Ed. - São Paulo: Brasiliense, 1983.

Miceli, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Pandolfi, D. C. Grynszpan, M.. Da Revolução de 30 Ao Golpe de 37: A Depuração das Elites. **Revista de Sociologia e Política**, v. 9, p. 7-23, 1997.

Pereira, Amilcar Araujo & Santos Neto, A. B. ?Legítimos propagadores do racismo negro?? O movimento negro contemporâneo e a luta contra o racismo durante a ditadura civil-militar no Brasil. In: Dellamore, Carolina; Amato, Gabriel & Batista, Natália. (Org.). **A ditadura aconteceu aqui**: A história oral e as memórias do regime militar brasileiro. Belo Horizonte: Letra e Voz, 2017, p. 9-28.

Quinhalha, R. H. & Green, James. N. (Org.). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. 1. ed. São Carlos: EdUFSCar, 2014. v. 1. 332p.

Reis, J. J.. Religiosidade, rebelião e identidade afro-brasileira (entrevista a Martha de Abreu e Ronaldo Vainfas). **Tempo**, v. 6, n.11, p. 255-266, 2001.

Schemes, Claudia. **Festas Cívicas e esportivas no populismo**: um estudo comparativo dos governos Vargas (1937-1945) e Perón (1946-1955). Dissertação (Mestrado em História), São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, 1995.

Silva, Angela Moreira Domingues da. Justiça e ditadura militar no Brasil: o julgamento dos crimes contra a economia popular. **Diálogos**, v. 18, p. 51-73, 2014.



Repressão cultural no Estado Novo: o caso do maxixe

Ivan Albuquerque Araujo

Topine, Matheus Pimentel da Silva. **A tradição que não foi:** maxixe, moralidade e identidade nacional (1911-1926). Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História), Nova Iguaçu: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, 2014.